



Índice

- 01** Juiz determina reintegração de fazenda ocupada por índios em Aquidauana
- 02** Câmara debate hoje conflito entre índios e agricultores
- 03** Deputados dizem que a FN está a serviço dos índios
- 04** Comissão Pró-Índio lança livro sobre população indígena da capital paulista
- 05** Revoltados com ordem de retirada, índios fecham BR 262 em Miranda
- 06** Índios Tapebas protestam por demarcação
- 07** Indígenas definem territórios etnoeducacionais e compõem colegiados com poderes deliberativos
- 08** Senar/MS leva cursos a comunidades indígenas de Aquidauana
- 09** Padre Ton quer indenização para detentor de título de terra indígena
- 10** Filho de indígena morto presta depoimento no Ministério Público de Sidrolândia
- 11** Mais de 200 indígenas fizeram Vestibular da UFGD neste final de semana
- 12** Agricultores participam de Seminário de Demarcações de Terras Indígenas e Quilombolas



Juiz determina reintegração de fazenda ocupada por índios em Aquidauana
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 18.06.2013

A fazenda, localizada em Aquidauana, a 143 km de Campo Grande (MS), é reivindicada pelos índios como parte do seu território tradicional

A Justiça Federal de Campo Grande concedeu reintegração de posse ao proprietário da Fazenda Esperança, ocupada desde o dia 31 de maio por índios da Comunidade Taunay-Ipegue. A fazenda, localizada em Aquidauana, a 143 km de Campo Grande (MS), é reivindicada pelos índios como parte do seu território tradicional. Em 2000, a Fundação Nacional do Índio (Funai) expediu relatório reconhecendo a área como tal.

A decisão proferida pelo juiz federal da 1ª Vara de Campo Grande, Renato Toniasso, na última sexta-feira (14/6) foi publicada nesta terça-feira (18/6). Toniasso determina que a Funai faça a desocupação espontânea do imóvel. Somente após esse prazo, seria autorizada o uso de força policial.

Os advogados de Nilton Carvalho Filho, dono da Fazenda Esperança, entraram com pedido de reintegração de posse no dia 3 de junho. Toniasso tomou a decisão após consultar o proprietário da fazenda, a Funai, a comunidade indígena e o Ministério Público Federal, partes envolvidas na questão.

A Comunidade Indígena Taunay-Ipegue e a Funai alegaram que "o perigo da demora de uma decisão desocupatória é infinitas vezes menor que a execução de uma medida reintegratória" e disseram que a área é objeto de processo administrativo de reconhecimento como território de ocupação tradicional indígena e que o relatório de identificação e delimitação já foi aprovado pela Funai. O Ministério Público Federal solicitou prazo para tratativas amigáveis visando à solução do conflito.

Em seu despacho, o juiz entendeu que "o fato de o processo administrativo de demarcação e ampliação da Terra Indígena Taunay-Ipegue estar em fase adiantada não permite aos índios tomarem a posse da área demarcada antes do desfecho final dessa demarcação" e considerou que "eventual tentativa de conciliação, a ser presidida por este juízo, teria praticamente nenhuma chance de sucesso, e implicaria dispêndio inútil de recursos públicos e particulares [dispêndios de tempo e dinheiro pela Justiça e pelas partes envolvidas]".

A Assessoria da Funai informou que o órgão foi notificado ontem (16) e que "a procuradoria [da Funai] vai entrar com agravo de instrumento para que a decisão seja encaminhada para a instância superior da Justiça Federal, como tem ocorrido com as decisões relativas a outras terras em litígio no estado", disse à Agência Brasil a coordenadora substituta da Funai em Campo Grande, Ana Beatriz Lisboa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105 / 2013

Brasília, 19 de junho de 2013.

A assessoria do MPF informou que a decisão da Justiça ainda está sendo analisada e que o órgão ainda não sabe se vai recorrer da decisão.

A decisão de reintegração de posse não levou em consideração a interlocução construída pelo governo federal, judiciário, Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério Público com fazendeiros e índios para buscar, na região, uma solução pacífica para o conflito que resultou na morte do índio Oziel Gabriel, no dia 30 de maio, e no ferimento à bala que lesionou a coluna do índio Josiel Alves no dia 5 de junho, ambos da etnia Terena. Na próxima segunda-feira (24), está prevista uma reunião do para debater a questão.



Câmara debate hoje conflito entre índios e agricultores

SÍTIO IMIRANTE, 18.06.2013

Deputados vão analisar, hoje (18), até que ponto os atuais conflitos fundiários entre indígenas e agricultores poderão ser resolvidos com a indenização aos proprietários de terra. O tema estará em debate em audiência pública da Comissão de Legislação Participativa e do grupo de trabalho criado pela Presidência da Câmara em busca de um acordo em torno das regras de demarcação de terras indígenas.

Além de parlamentares, o grupo também conta a presença de 10 representantes de comunidades indígenas. A audiência foi sugerida pelo deputado Padre Ton, do PT de Rondônia, autor de um projeto de lei (PL 3896/12) que garante indenização às pessoas que, de boa-fé, receberam títulos expedidos pelo Poder Público em terras que a União, posteriormente, veio a declarar como indígena. O texto altera uma lei de 1973 (Lei 6.001/73), que anulou os títulos expedidos em terra indígena. Padre Ton acredita que a indenização facilita a solução dos atuais conflitos.

"Essa audiência pública vai contribuir para resolver os problemas em estados como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o sul da Bahia, onde há agricultores que têm documentos bons, fornecidos pelo governo, mas que estão em terras identificadas pela Funai como indígenas. Nós precisamos buscar um caminho para indenizar. E esse caminho é por meio de projeto de lei aprovado no Legislativo porque, com a atual legislação, nós não podemos indenizar terras e benfeitorias em áreas identificadas como indígenas."

O deputado Padre Ton coordena a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e lembra que esse problema também atinge áreas de assentamento da reforma agrária, onde mesmo aqueles pequenos agricultores portadores de documentos expedidos pelo Incra são obrigados a deixar os lotes em que foram beneficiados e não recebem indenização. A audiência pública na Câmara terá representantes do Ministério Público Federal, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul e da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária.



Deputados dizem que a FN está a serviço dos índios

SÍTIO SULNEWS, 18.06.2013

Os deputados Márcio Monteiro (PSDB) e Zé Teixeira (DEM) foram à tribuna denunciar a Força Tarefa

LEONARDO ROCHA

Os deputados Márcio Monteiro (PSDB) e Zé Teixeira (DEM) foram à tribuna denunciar que a Força Tarefa (da Força Nacional), enviada pelo governo federal para garantir "estabilidade" em áreas de conflito, está a serviço dos indígenas em Mato Grosso do Sul. Segundo eles, a corporação está "assegurando" as terras invadidas aos índios, e que este cenário está evidente nas ações realizadas em Sidrolândia.

"A Força Tarefa deveria defender a legalidade e a constitucionalidade, porém estão assegurando as terras invadidas aos indígenas, apesar da justiça ter dado parecer favorável aos produtores", destacou Márcio Monteiro. Segundo ele, se esta situação continuar será um "desrespeito" aqueles que acreditam nas leis no país. "Desta forma os indígenas vão fazer o que quiserem, nem o meio ambiente eles estão respeitando, destruindo tudo que tiver pela frente, esta foi a contribuição do governo federal até agora", ressaltou.

ZÉ TEIXEIRA

O deputado estadual Zé Teixeira destacou que os produtores continuam suas atividades em pleno vigor no Estado, porém não recebem a devida atenção e tratamento pela União. "A justiça define as regras do jogo, no entanto não há comando no Estado, os produtores estão unidos sem qualquer ato de vandalismo, os índios não devem dar as ordens por aqui", destacou.

Os deputados também criticaram a ação da Fundação Nacional do Índio (Funai) que abre demarcações sem analisar os critérios técnicos. "Ela simplesmente questiona a legitimidade das áreas, sem qualquer estudo embasado", apontou Monteiro.

REUNIAO

O deputado estadual Laerte Tetila (PT) está em Brasília participando de audiência pública, destinada a debater medidas que permitam a União indenizar os proprietários de terras que estão sobre áreas indígenas. Tetila enviou uma carta com dez propostas ao Governo Federal, contendo sugestões para "amenizar" os conflitos agrários.



Comissão Pró-Índio lança livro sobre população indígena da capital paulista
SÍTIO JORNAL GGN, 18.06.2013

Jornal GGN - A Comissão Pró-Índio de São Paulo e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos lançam, nesta quinta-feira (20), às 19h, o livro *A Cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*, na Pinacoteca de São Paulo, centro da capital. Para levantar informações, foram feitos pesquisas e trabalhos com as comunidades indígenas da capital paulista por um período de dois anos e meio.

A obra reúne dados dos povos indígenas que vivem no âmbito urbano da maior metrópole do Brasil, visando uma reflexão maior sobre políticas voltadas aos direitos individuais e coletivos dos índios, como ações voltadas à posse efetiva de terra, além de acesso à saúde, educação e geração de renda. Segundo o Censo de 2010, em todo o país a porcentagem de indígenas morando em centros urbanos é de 36%.

De acordo com a publicação, São Paulo é o primeiro município no Brasil que tem população indígena autodeclarada vivendo em meio urbano. No levantamento feito pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, são citados os Guarani das aldeias Tekoa Pyau e Tekoa Ytu (na Terra Indígena Jaraguá), e os Pankararu moradores da zona leste e do Real Parque, na zona oeste.



Revoltados com ordem de retirada, índios fecham BR 262 em Miranda

SÍTIO CONESUL NEWS, 18.06.2013

Índios acampados na Fazenda Esperança desde dia 1º de junho bloquearam há cerca de meia hora a BR 262, em Miranda.

O grupo, de cerca de 200 manifestantes, fechou a estrada com pneus e pedaços de paus e impede completamente o tráfego. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, a interdição ocorre na altura do quilômetro 527 a previsão é de bloqueio por, pelo menos, 2 horas.

Já os índios garantem que não há previsão para deixar o local. O trecho dá acesso à fazenda localizada em Aquidauana, que é reivindicada pela comunidade terena para ampliação da aldeia Ipegue. "Querem a presença da imprensa e principalmente de alguma autoridade aqui", diz o terena Mauro Paes.

Ele diz que a comunidade pretende fazer uma assembleia pra discutir a decisão judicial, até lá, não vão liver a estrada. "Tá tudo parado, ninguém passa e já tem congestionamento", avisa.

Hoje pela manhã, os terena foram notificados de decisão da Justiça Federal para saída da área. Os índios ganharam prazo de 10 dias para a desocupação pacífica.

A decisão para a retirada é do juiz Renato Toniasso, da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande. Os donos da fazenda entraram com o pedido de reintegração de posse logo após a invasão.

Apesar da reivindicação da posse, os donos da propriedade afirmam que possuem a titularidade das terras há mais de 100 anos e que foram feitas edificações e benfeitorias na área.

Por outro lado, a Funai alega que a demora na demarcação das terras é perigosa em razão da situação atual na relação entre índios e fazendeiros. A entidade indígena também afirma que a Fazenda Esperança já foi reconhecida tradicionalmente como terra indígena e que o relatório de identificação e delimitação já foi aprovado.

O magistrado afirma que "decorrido o prazo dado, sem que a FUNAI consiga a desocupação espontânea, o uso da força policial será inevitável, pois as decisões judiciais devem ser cumpridas, sob pena de instalar-se o caos, em termos de segurança jurídica", completa.

Índios Tapebas protestam por demarcação

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 18.06.2013



Os índios fecharam a BR-222 para pedir ajuda ao governador

Índios da etnia Tapeba, que exigem a demarcação de seu território, ocuparam ontem a BR-222, na altura do quilômetro 17, em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza. Até o fechamento desta matéria a estrada continuava fechada, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). A demarcação, segundo o líder da Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), Dourado Tapeba, está emperrada desde os anos 1980.

O artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal determina um prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, a partir da promulgação da Carta Magna. A demarcação não foi feita, o que gerou conflitos de terras ao longo dos anos, segundo Dourado Tapeba. "As terras estão demarcadas desde 1997, falta a oficialização, que é a publicação no Diário Oficial da União", diz.

Para liberar a estrada, foi exigido que o governador Cid Gomes ouvisse o que os líderes da etnia têm a dizer. Eles acreditam que Cid pode interferir a favor dos Tapebas.

O inspetor da PRF Marco Antônio Maia se comprometeu a tentar um contato com o gabinete do governador. Uma reunião com o vice-governador Domingos Filho chegou a ser proposta, mas foi recusada pelos indígenas. A assessoria de comunicação do Governo do Estado informou que Cid cumpre agenda até quinta-feira, 20, e só então estaria disponível para analisar o pedido dos manifestantes.

Durante a manifestação, a BR foi fechada por barricadas feitas com troncos de madeira e pneus, incendiados pelos manifestantes ainda no início da manhã. O trânsito precisou ser desviado para a zona urbana de Caucaia. Não houve confronto entre os manifestantes e a Polícia. (Aflaudisio Dantas/ Especial para O POVO)



Indígenas definem territórios etnoeducacionais e compõem colegiados com poderes deliberativos

SÍTIO PLANALTO.GOV, 18.06.2013

A educação escolar indígena no Amazonas já está dividida em territórios etnoeducacionais, como prevê o Decreto nº 6.861, de maio de 2009. O objetivo da criação dos territórios é criar um instrumento de gestão da educação indígena, que passa a contar com um colegiado decisório, com participação das etnias presentes em cada região.

No Amazonas, os 64 povos indígenas, distribuídos nos 72 municípios do estado, se dividiram em seis territórios. Em todo o país, são 41, em diversas fases de organização e composição.

De acordo com a gerente de educação indígena da Secretaria de Educação do Amazonas, Alva Rosa Vieira, os povos do estado definiram uma pauta de prioridades, comum a todos: construção de escolas nas aldeias, formação de professores, produção de material didático específico, garantia de merenda e transporte escolar.

A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental indígena foi assumida pela secretaria e avançou. Hoje, segundo Alva Rosa, 1.473 educadores fazem formação intercultural de nível médio, mas a necessidade é muito maior.

Para ampliar a oferta de cursos, a secretaria orientou os municípios a pedir recursos ao Ministério da Educação no Plano de Ações Articuladas (PAR). Na educação básica, o Amazonas tem este ano 57.727 estudantes distribuídos em 940 escolas.

Já a licenciatura intercultural, que qualifica educadores para as séries finais do ensino fundamental e médio, é de responsabilidade das instituições federais de educação superior. Os territórios etnoeducacionais do Amazonas são formados por povos do Rio Negro, Baixo Amazonas, Juruá-Purus, Médio Solimões, Alto Solimões e Vale do Javari.

Indígenas opinam sobre política educacional para seus territórios

O colegiado que dirige cada território é composto por representantes dos indígenas nele organizados, um por etnia, e por profissionais das secretarias de Educação dos estados e municípios, de universidades e institutos federais públicos, da Fundação Nacional do Índio (Funai), organizações não governamentais com atuação na área e do Ministério da Educação.

Nesses colegiados, que têm atribuições consultivas e deliberativas, os povos indígenas dizem às instâncias governamentais que tipo de educação querem.

O Decreto nº 6.861/2009 diz que os objetivos dos territórios etnoeducacionais são valorizar a cultura dos povos, afirmar e manter a diversidade; fortalecer as práticas socioculturais e das línguas maternas; formular e manter programas de formação de pessoal especializado para a educação indígena; desenvolver currículos e programas específicos; elaborar material didático

CONT.



específico e diferenciado e afirmar as identidades étnicas.

O artigo 5º do decreto estabelece que a União prestará apoio técnico e financeiro a cinco ações voltadas para a ampliação da educação escolar indígena: construção de escolas, formação inicial e continuada de professores indígenas e de outros profissionais da educação, produção de material didático, ensino médio integrado à formação profissional, e alimentação escolar indígena.

Além dos seis territórios do Amazonas, foram oficialmente implantados os do Cone Sul e do Pantanal, ambos em Mato Grosso do Sul; Xingu e Auwe Uptabi-Xavante, Mato Grosso; Yby Yara, Bahia; Cinta Larga, Mato Grosso e Rondônia; Pykakwatynhre –Kaiapó, Pará e Mato Grosso; Ixamná–Maupuera, Pará; Tupi Tupari, Tupi Mondé, Tupi Txapakura e Yjhukatu, Rondônia; Vale do Araguaia, que abrange povos de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará; Timbira, Maranhão e Tocantins; Tapajós e Arapiuns e Médio Xingu, Pará.

Fonte: Portal Planalto, com informações do Ministério da Educação.

Senar/MS leva cursos a comunidades indígenas de Aquidauana

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 18.06.2013



Com sede de conhecimento e com vontade de aproveitar a área produtiva da aldeia para produzir alimentos com quantidade e qualidade, 60 indígenas terena de Aquidauana participam de capacitação oferecida pelo Serviço de Aprendizagem Rural (Senar/MS), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Com sede de conhecimento e com vontade de aproveitar a área produtiva da aldeia para

produzir alimentos com quantidade e qualidade, 60 indígenas terena de Aquidauana participam de capacitação oferecida pelo Serviço de Aprendizagem Rural (Senar/MS), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Dois cursos de horticultura orgânica e de produtor de mandioca são ministrados para quatro turmas formadas por indígenas homens e mulheres, de várias idades. As aldeias onde serão ministradas as capacitações são a Cruzeiro e a Buritizinho, abrigando aproximadamente 500 famílias da etnia terena.

Durante a aula inaugural, realizada na semana passada, era perceptível o entusiasmo da comunidade. "Nós estamos felizes e com disposição para aprender. Quero agradecer, em nome da comunidade, a iniciativa do Senar/MS. Nossa aldeia é atuante e vai aproveitar todas as informações", afirma o líder indígena da aldeia Cruzeiro, Ivanilson Machado Peixoto. O ex-cacique da aldeia, Alberto Oliveira Dias, acredita que o curso aumentará a renda dos indígenas. "Nós abastecemos duas feiras da cidade. Eu me vejo como produtor e quero melhorar minha produção", destacou Dias.

Para o diretor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema Famasul – Senar/MS), Clodoaldo Martins, a expectativa é a melhor possível. "O conhecimento ultrapassa fronteiras e obstáculos. É por isso que nós queremos que a comunidade indígena tenha base sólida sobre a produção, aprimore seus conhecimentos e forma de comercialização", declara Martins.

Entre os seis instrutores que ministrarão as aulas nas nove semanas de capacitação está a educadora indígena Tainara Ferreira Terena. A inclusão de uma terena entre os instrutores é importante para fortalecimento cultural e conhecimento das principais demandas dos alunos.

A coordenadora do Pronatec, da Secretaria de Assistência Social, Leide Alcora Argerin,

CONT.



ressaltou que os cursos oferecidos pelo Senar/MS atendem à demanda do município e são bem recebidos pela população.

O curso de horticultura orgânica ocorre na aldeia Cruzeiro e tem duração de 160 hora/aula. O objetivo da capacitação é realizar o tratamento do solo, produzir mudas de qualidade, ensinar à população terena técnicas de comercialização e até mesmo a visão de empreendedorismo no campo. As aulas teóricas serão realizadas junto às práticas para que ao fim do curso, previsto para 15 de agosto, os alimentos sejam colhidos.

Para o instrutor do Senar/MS, Antônio Minari Júnior, o curso mostrará que é possível produzir com qualidade, sem o uso de agrotóxicos. "A horticultura orgânica nos leva a produzir como nossos antepassados, de forma mais saudável e com qualidade", ressalta o educador.

Além do curso de horticultura, outra capacitação ministrada na cidade é o de Produtor de Mandioca, na aldeia Buritizinho. O curso também tem 160 h/aula, vai ensinar aos indígenas técnicas adequadas de preparação de solo, controle de pragas, normas sanitárias, de higiene, saúde e de preservação ambiental, entre outros temas.



Padre Ton quer indenização para detentor de título de terra indígena

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 18.06.2013

O deputado Padre Ton (PT-RO) sugeriu nesta terça-feira a criação de um fundo de indenização para detentores de título de terra expedidos pelo poder público sobre áreas originalmente dos índios.

O parlamentar participou da audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa e pelo grupo de trabalho que discute demarcação de terras indígenas. "Já que nós estamos discutindo terras da União, que são as terras indígenas, nós precisamos agir de forma legal, seja por meio de uma ação aqui do Parlamento ou por uma medida provisória do governo federal."

Recentemente, no Mato Grosso do Sul, um índio terena morreu em conflito para reintegração de posse de uma fazenda. Para evitar mais mortes como essa, Padre Ton defende um grande entendimento entre Poderes. "Tem que haver um pacto do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, porque a judicialização é um problema. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, nós temos cerca de 60 áreas de conflitos e essas áreas já têm um grupo de trabalho desenvolvido pela Funai, para demarcar aquela terra. No entanto, ela está judicializada. E a judicialização gera o conflito e a violência."

Ninawa Hunikui, um dos dez representantes indígenas que participam do grupo de trabalho criado pela Presidência da Câmara, alertou para a possibilidade de fraudes para se receber indenizações do Poder Público. "Há possibilidade de pessoas que queiram adquirir títulos das terras apenas pelas próprias indenizações. É um debate que nós vamos fazer, mas sem a certeza de que vai resolver o problema das terras indígenas."

Dois índios que obtiveram diploma acadêmico, Otoniel Ricardo e Antônio Fernandes pediram mais respeito à cultura diversificada das tribos, mas com um traço comum: apego à terra por motivos espirituais.

Relatório Figueiredo

O ciclo de debates prossegue da quinta-feira (20) com o tema Relatório Figueiredo. O documento, de sete mil páginas, foi descoberto recentemente e relata tortura cometida contra povos indígenas, com o aval ou apoio do Estado brasileiro.

o evento será realizado das 9h às 12h, no Plenário 3.

Expositores:

- o vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, Marcelo Zelic;
- o jornalista dos Diários Associados Felipe Canedo;
- o indigenista Noel Villas Boas;
- um representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); e
- a integrante da Comissão Nacional da Verdade e coordenadora do grupo de trabalho que apura violação dos direitos humanos de indígenas, Maria Rita Khel.

Fonte: Agência Câmara

Filho de indígena morto presta depoimento no Ministério Público de Sidrolândia
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.06.2013



Policiais federais e homens da Força Nacional fizeram a segurança no Ministério Público (Foto: Região News)

O delegado da Polícia Federal, Mario Paulo Nomoto, ouviu hoje pela manhã o filho do terena Oziel Gabriel, morto com um tiro na barriga, no dia 30 de maio, durante confronto na reintegração de posse da Fazenda Buriti.

Outros indígenas também foram ouvidos nessa terça-feira (18), no prédio do Ministério Público de Sidrolândia, que contou com a segurança de Policiais Federais e da Força Nacional.

O filho, Joezer estava ao lado de Oziel quando ele foi baleado. Ele encaminhou o pai até o Hospital Dona Elmiria Silvério Barbosa, onde o indígena morreu.

O inquérito policial já foi aberto e a Polícia pretende esclarecer se o tiro que matou Oziel partiu dos policiais ou dos indígenas.

No início desse mês, o superintendente da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, o delegado Edgar Marcon, confirmou a utilização de armas letais durante atuação de reintegração de posse, na fazenda Buriti. Marcon fez a declaração durante a chegada do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, a Campo Grande.

(Com informações Região News)



Mais de 200 indígenas fizeram Vestibular da UFGD neste final de semana

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, 18.06.2013

Neste sábado e domingo, mais de 200 candidatos da etnia Guarani prestaram a prova do Processo Seletivo Vestibular para o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande – PSLIN/UFGD. As provas foram aplicadas em Dourados e Amambai.

Em Dourados, o vestibular aconteceu na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo e, em Amambai, a prova aconteceu na Escola Estadual Indígena Mbo'erooy, rodovia Amambai-Ponta-Porã, km 5.



O gabarito preliminar do PSLIN 2013/UFGD foi divulgado no dia 17 de junho de 2013, quando então será aberto o período de interposição de recurso. Em caso de discordância de qualquer resultado do gabarito, caberá recurso em requerimento próprio de uso obrigatório, que estará disponível no endereço eletrônico www.ufgd.edu.br/vestibular/pslin2013. O recurso deverá ser entregue na Coordenadoria do Centro de Seleção situada na Rua João Rosa Góes, nº. 1.919, Vila Progresso, Dourados, MS, das 8h às 11h e das 13h às 17h, nos dias 18 e 19 de junho de 2013.

A relação nominal dos candidatos aprovados e classificados no PSLIN-2013/UFGD será divulgada em ordem decrescente da pontuação final até o limite do número de vagas do curso por sistema de ingresso, na data provável de 28 de junho de 2013.

CONVOCAÇÃO E MATRÍCULA

As datas para a matrícula dos candidatos aprovados, classificados e convocados são 8 a 10 de julho de 2013. As convocações para a matrícula dos candidatos aprovados e classificados no limite das vagas oferecidas no curso serão feitas por editais, contendo a classificação, o nome e o número do candidato e as datas para a matrícula.



Agricultores participam de Seminário de Demarcações de Terras Indígenas e Quilombolas

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 18.06.2013

A Fetag programou para a próxima quinta-feira, dia 20 de junho, um seminário sobre Demarcações de Terras Indígenas e Quilombolas, em Porto Alegre. Na pauta serão discutidos temas como a tensão que envolve a demarcação destas áreas, abrangendo mais de 130 municípios gaúchos e a ameaça de perda de suas terras por parte de centenas de agricultores familiares, fato que também tem atormentado os sindicatos.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, Alberi Ceolin, será um debate importante com a federação e representantes sindicais, pois irá trazer mais informações para os vários agricultores que estão apreensivos.

Ceolin destaca que os pequenos agricultores estão reivindicando um direito para produzir alimentos para a família e para a população. Representantes do Incra, Funai, Governo do Estado e Contag também participarão de painéis que debaterão o tema. O Seminário sobre Demarcações de Terras Indígenas e Quilombolas, acontece na quinta-feira, dia 20, às 9h, no auditório da Fetag, em Porto Alegre.

Fonte: Uirapuru